

Acesso à TV será difícil

O Governo e a Aliança Democrática decidiram ontem pedir urgência urgentíssima para o projeto do senador Murilo Badaró, líder do PDS no Senado, que inviabiliza na prática o acesso do PDT e dos pequenos partidos à televisão.

Já os líderes do PMDB na Câmara e no Senado recomendaram a suas bancadas que não subscrevessem a emenda do PDT, que convoca eleição direta para presidente da República a 15 de novembro de 1986, reduzindo em quatro anos o mandato do presidente José Sarney, que, segundo a Constituição, é de seis.

As medidas do Conselho Político, adotadas ontem pela manhã na reunião dos líderes da Aliança Democrática com o presidente em exercício Ulysses Guimarães, foram consideradas no PDT como "um desrespeito à ausência do presidente José Sarney".

Para o secretário-geral do PDT, Mateus Schmidt (RS), as decisões ontem adotadas pelo conselho são todas dirigidas contra o governador do Rio e líder máximo do partido, Leonel Brizola, e revelam "o grau de pouca vergonha do Governo da Nova República".

Mateus vai invocar hoje, na sessão, a inconstitucionalidade da urgência para o projeto Badaró, uma vez que ele reformula recente lei aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente José Sarney, no final de junho, estabelecendo novas normas para a propaganda eleitoral por rádio e na televisão.

Ele citou o artigo 200 do regimento interno da Câmara, que estabelece: "Consideram-se prejudicados: I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado, ou rejeitado, na mesma sessão legislativa, ou transformado em diploma legal local".

Segundo Mateus Schmidt, a Mesa da Câmara está impedida por este dispositivo de aceitar mesmo o encaminhamento da urgência do projeto Bada-

ró, mas o líder do PDT, Nadir Rossetti, acha que "o PMDB está desesperado com o Brizola e é que capaz de fazer qualquer insanidade".

Rossetti disse, contudo, que, mesmo se o PMDB tiver o apoio da Frente Liberal e do PDS para encaminhar o projeto Badaró, este não terá condições de ser aprovado por falta de quorum: "Eles vão tentar passar pelo voto de lideranças, mas todos nós, dos partidos pequenos, vamos solicitar verificação do quorum".

Com isso, as lideranças dos grandes partidos teriam de mobilizar todos os seus parlamentares para vir a Brasília votar o projeto. O que será difícil, segundo Rossetti, porque, "como o projeto Badaró atenta contra uma medida já aprovada pela Câmara", poucos deputados vão deixar a campanha eleitoral para se deslocar a Brasília com o fim de "votar um projeto imoral".

O QUE É O PROJETO

O projeto Badaró é uma versão atualizada do chamado projeto da Abert, que foi rejeitado, quando apresentado à Câmara pelo deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara, durante a tramitação do projeto que regulamentou as eleições nas capitais.

Estabelece o projeto que o acesso dos partidos à televisão, em vez de ser baseado no critério de proporcionalidade dos partidos representados nas Câmaras dos Vereadores, será calcado na representação da Câmara dos Deputados, onde os pequenos partidos têm representação mínima.

O projeto então baniria da TV e do rádio o PDT, o PT, o PTB, PSB e todos os partidos com número de representantes inferior a 30, prejudicando assim candidatos como Roberto Saturnino, do PDT, no Rio; Jânio Quadros, do PTB, em São Paulo; Eduardo Suplicy, do PT, em São Paulo; Jarbas Vasconcelos, do PSB, no Recife, e Jorge Carone, do PDT, em Belo Horizonte.